

A Roda

ANO 0 Nº 3 DEZ-2006

Revista dOs estuDantes de históriA - Centro Acadêmico do curso de HISTória - uff



Á... essas dissonantes harmonias...

Já se acalmam os ritmos, já se tocaram os muitos temas, aproximam-se já os últimos movimentos da MMVIª sinfonia, essa composição de todos nós, brasileiros ou não, músicos ou não, anônimos ou não -- *mas com um toque especial dos estudantes da história-nauff.*

É que, pelo menos pra gente, este foi um ano do c@%\$!h0! Foi som da pesada mesmo que se fez, com estridências e ruídos, essas dissonantes harmonias que bem conhecemos, mas eram melodias e composições bárbaras, de técnica e de improviso. Rolou o CineHist, saiu esta Revista dOs estuDantes de históriA (quatro números), foi a delegação pro ENEH (a maior do país), a anulação da eleição pra coordenação e departamento, calourada, campanha pela moradia estudantil, festa da boa que rendeu grana e polêmica (da boa), seminário, agitados debates e eleições pro CAHis, grupos de estudo, estudo, mais estudo e muito estudo -- e ainda agora, no clímax final da obra, apoiamos o projeto vencedor na eleição para a coordenação de nosso curso, projeto que defenderemos e construiremos juntos. Uma orquestra de vontade era movimentada pelos estudantes de história.

Pois mesmo estando todos imersos na cacofonia da política nacional, mesmo que dançando conformados as músicas da pós-modernidade enrustida, nós, viventes nesse bloco nº N, composto por pedra, poeira, pó-de-giz, papel, pombos e pessoas (pobres de nós!), ainda assim nós tocamos a banda adiante, continuamos apostando nos nossos espaços políticos coletivos, e provamos que a política não se faz só com o voto, nem só com opinião, mas se faz da ação, aqui e agora -- sempre -- seja onde for.

E não é que desdenhemos de eleições e candidaturas -- o canto dos solistas sempre cresce ao movimento -- e muitos eram as sopranos, os tenores, contraltos e graves baixos, postulantes à presidência da república, aos governos dos estados, parlamentos, reitorias, chefias departamentais, coordenações de curso (e, por que não?, muitos de nós, ao CAHis); afinal, desempenhamos papel fundamental ao acordar os espectadores mais entediados e/ou descrentes do potencial da MMVIª sinfonia. Mas, por todos os deuses do som, devemos declarar que a participação do coro, essa entidade coletiva muitas vezes subestimada, foi o ponto alto da apresentação; se, no plano nacional, à despeito da batuta da Grande Imprensa (essa nossa maestrina sem orquestra), a maioria reelegeu o Cara, com reservas, no plano história-nauff as eleições para coordenação foram primeiro anuladas numa grande votação espontânea dos estudantes em resposta à falta de abertura para o

diálogo, para a seguir encaminharem ao gabinete do 5º andar a chapa apoiada pelo conjunto dos estudantes e por mais de um terço dos professores, com a nossa expressiva votação de 367 votantes, sendo que 322 de nós votamos em Mário Jorge e Badaró. Movimentada também foi a eleição para o CAHis, com 60 participantes diretos e 350 votantes, onde a dissonância logo apareceu, em nossas composições, em debates acalorados, mas dando seqüência a uma gestão que está conseguindo realizar suas propostas, mesmo em fins de ano. Não há assembléia com maior representatividade do que essas eleições. *Alea jacta est.*

Mas e agora, José?!!! Cá estamos, no palco político, este verdadeiro panóptico ao contrário -- em que o ser agente se entrega ao juízo absoluto da Dra. Opinião Pública, que nos fuzila de todos os lados. Fizemos a opção pela ação, com reflexão, com crítica, com responsabilidade, e cá estamos, com nossas idéias e com nossas reivindicações. E agora, José?!! O movimento da história está se seguindo, conseguindo, perseguindo; essa harmonia safada, capciosa, esse conjunto de breves dissonâncias que se compõem intransigentes umas às outras numa coisa que costumamos chamar de História. Pois seguiremos o nosso caminho -- e não é que esse todo, ainda assim, prossegue tocando o bonde pra frente?!

Pois então, vá pra frente, leitor. Dê uma olhada no que essa gente da história vêm escrevendo. É que a coisa tá fervendo. Roda pra frente, leitor, que atrás vem gente.

The image shows a handwritten musical score for a piece titled 'MMVIª sinfonia'. The score is written on ten systems of music, each with a title and lyrics. The titles and lyrics are as follows:

- Editorial**: Á... .. Nossas des-so man tas - Har mo nias! 3
- Artigos**: Gran-des Ca-ras Fou-cault. 5
- Artigos**: As coi-sas de ou-ro, o cur-so das coi-sas 6
- Artigos**: Dialogando com a cultura Cantando com Paulinho da Viola - 8
- Entrevista**: Os li-mi-tes da - Dé-ri-da 9
- Entrevista**: A Ti-me-na-ria da A-le-gria 9
- Debate**: - Bro-kae- Ad-ri-to 10
- Debate**: Funk--se quem quiser 12
- Mais Artigos**: O mural mural 14
- Mais Artigos**: Papel - Social da Escola de Samba 16
- Ficção**: O Samba da A-tu-a-li-da-de 17
- Artigos de Novo**: A-pi-cio - na - dos 18
- Artigos de Novo**: His-tó-ria am Mú-si-ca 20
- Resenha**: As eleições e o abstrac-tismo 21
- Um pouco de História**: Futuro - Pas-sa-ão 22
- Um pouco de História**: A-mul-in-da-lê 24

Michel Foucault

entre a filosofia e a história

Michel Foucault é um personagem polêmico e um tanto difícil de enquadrar na história do pensamento recente. Morto em 1984, vitimado pela Aids em plena produção intelectual, deixou muito por dizer, muito a ainda elaborar sobre suas teses. Sua diferente maneira de ver o mundo e sua original metodologia ao fazer história ainda hoje não são bem acolhidos pela historiografia.

O que pretendo aqui é fazer um convite à leitura do filósofo e buscar despertar o interesse e o debate sobre a sua obra. De forma esquemática e bem simplificada, a obra de Foucault pode ser dividida em três fases: a Arqueologia do Saber (década de 60), a Genealogia do Poder (década de 70) e a sua fase ética, ou Genealogia da Ética (começo da década de 80). Esta análise irá se concentrar nas diferenças entre a arqueologia e a genealogia e, mesmo considerando que entre os livros de cada um desses períodos existem diferenças significativas, irei me pautar naquilo que os livros de cada período carregam de comum, e que distingue fundamentalmente essas duas etapas de sua produção.

A grande inovação epistemológica do seu “História da Loucura” (seu primeiro livro, de 61) foi estudar a loucura não como um desvio orgânico, natural da psique humana, e que, por isso mesmo, teria sempre existido na história da humanidade. Ele entende a loucura como uma formação discursiva, historicamente datada, que surge exatamente quando os saberes acerca dela advêm. A tese é a seguinte: não há louco sem os saberes que o identificam. A articulação dos conhecimentos que viriam a formar a psiquiatria estão na base da objetivação da loucura e a mesma. Foucault rompe aqui com uma tradição da história das ciências, não aceitando que o desenvolvimento de um campo do saber se dê de forma linear, progressiva, sempre em direção a uma compreensão mais “verdadeira” sobre o “real”. Para ele, esse real é uma produção discursiva que cria objetos (figuras como o louco, por exemplo), dando a esses objetos um caráter de “naturais”, a-históricos, etc.

O objetivo dessa análise arqueológica é estabelecer relações entre os distintos saberes, considerando cada um na sua diferença, levando em consideração o dito por esses saberes, a sua positividade, a “verdade” que carregam em si para além de análises posteriores e superiores, entendendo desta maneira a teia discursiva de onde emergem os processos de objetivação.

As consequências dessa *démarche* são drásticas. Não há mais então uma psiquiatria superior que “descobre” a essência da loucura, e que com seus heróis (Pinel, principalmente) desce até o nível dos prisioneiros dos sanatórios que proliferaram ao longo da Época Clássica e os libertam daquele tratamento bárbaro e inumano. O que há é um movimento ascendente, onde os discursos se articulam com práticas de internamento e instituições sociais, cujo ápice é a psiquiatria, que antes de ser um saber humanista, é a técnica mais refinada e eficaz de domínio do louco, figura da desrazão -- doença em uma sociedade emergente cujo valor absoluto onde esta se estabelece é a racionalidade. É importante apontar que esta etapa de sua produção é marcada por rupturas entre os momentos históricos. Ou seja, dentro de uma mesma etapa histórica (que Foucault chama “epistêmes”) ele buscará possíveis articulações entre os campos mais distintos, mas **entre** essas epistêmes há apenas vazio. Não é que haja realmente um abismo entre momentos históricos, mas a perspectiva que ele opta por assumir privilegia a relação entre elementos aparentemente díspares (como o discurso do médico, a ascensão das ciências humanas, e o discurso de instituições como a igreja), em detrimento de continuidades falsas (como a noção de que a psiquiatria é o desenvolvimento, a evolução de formas passadas de lidar com a loucura).

Paul Marie Veyne considera Foucault o historiador por excelência, exatamente porque ele “desnaturalizaria” todos os objetos aos quais poderíamos nos sentir tentados a garantir um estatuto ontológico, e busca traçar um panorama das relações de força que instalam esses objetos, que “objetivam” certas configurações. Aqui há uma diferença frente ao que já foi exposto: a questão das relações de força, mais precisamente o problema do **poder**.

Entramos no campo da genealogia do poder, manifestada nos livros “Vigiar e Punir” e o primeiro do volume da sua “História da Sexualidade”, “A Vontade de Saber”. Se antes a questão por excelência de Foucault era saber **como** surgiam esses saberes e tais formações discursivas, podemos dizer que a questão agora é **porquê**. Neste momento de sua trajetória Foucault vai buscar as condições de aparecimento desses saberes fora deles mesmos. Que tipo de relação de poder está por trás de tal configuração de saberes? Este é o problema que doravante ele se coloca. Neste sentido, Foucault extrapola os limites das epistêmes, e vai buscar ao longo da história a “condição de possibilidade” por trás dessas configurações, o que ele chamou de “a priori histórico”.

É importante salientar três aspectos dessa investigação: o primeiro é que o retorno a etapas anteriores ao momento estudado não representa um retorno às “origens” de determinado problema, mas sim uma problematização sobre as diferentes objetivações ao longo do tempo, possibilitando perceber distintos marcos relevantes nessa “história das verdades” (este é um ponto importante: o poder é produtor de verdades) que ele realiza.

O segundo é que se as relações de poder engendram novos saberes, tal relação é recíproca e os novos discursos que emergem nesse contexto também engendrarão novas relações de poder.

O terceiro aspecto, e que constitui no meu entendimento a questão primordial do pensamento foucaultiano, é que o que ele chama de poder, não significa exatamente aquilo que nos acostumamos a pensar como poder. É simples entender o porquê. Há sempre um caráter realista quando falamos “o poder”. Para Foucault essa “coisa” chamada poder não existe, e deve ser percebido apenas enquanto instância extra-discursiva que se relaciona com esses discursos, esses saberes, compondo aquilo que ele chamou de “dispositivo”.

Foucault não possui uma teoria geral do poder, exatamente por entendê-lo (a partir de sua inflexão nietzscheana) como embate entre forças. Para ele o poder é guerra. Isso explica a inversão do célebre aforismo de Clausewitz feita por ele: “A política é a continuação da guerra por outros meios”. Nesse sentido, o poder não é algo que se possa possuir, mas um exercício. Também não é uma força que se exerce de cima para baixo, mas é horizontal, e mais do que isso, o poder não é repressor, mas produtor dessas relações. A violência perpetrada pelo aparato de Estado, por exemplo, é um instrumento de defesa de uma determinada configuração histórica. Já as relações de poder estão na base mesma da constituição de tal configuração.

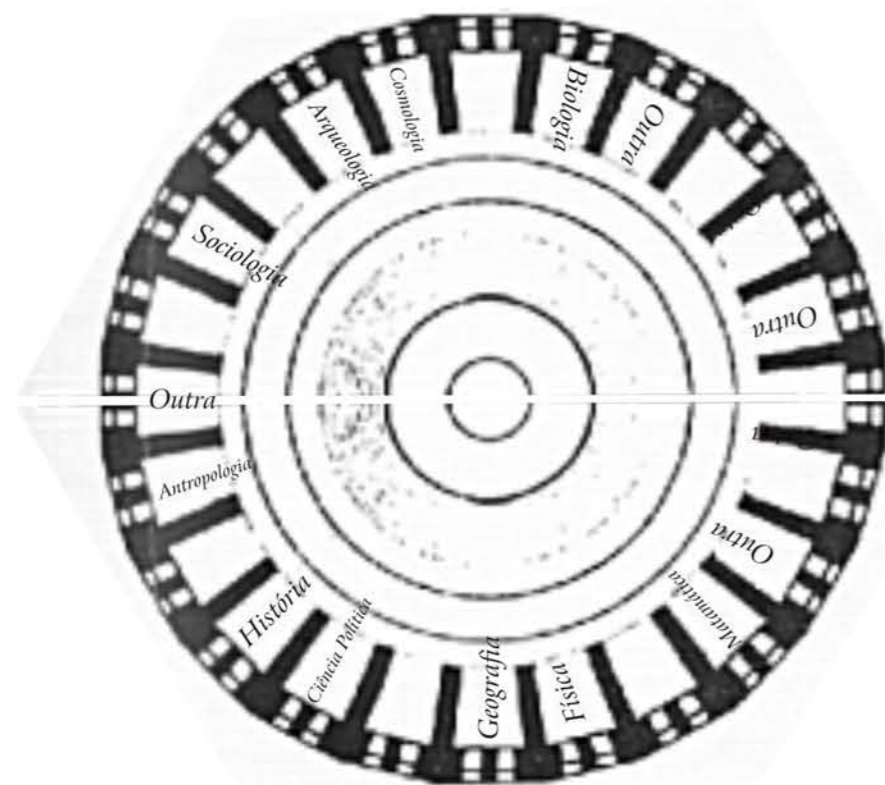
Esse argumento não visa, todavia, consentir com tal violência (como querem alguns), mas levantar certas questões, como a de que a destruição do aparelho de Estado (ou sua tomada) é insuficiente para transformar as características centrais de uma dada sociedade. Pois antes de emanar do Estado, as relações de poder é que o estabelecem e o sustentam. O próprio homem não é algo eterno, mas é também uma determinada produção de subjetividade que é histórico, e constituído dentro dessas relações de poder.

É essa argumentação que está na base da “Vontade de Saber” que narra a constituição do “dispositivo de sexualidade”. Ou seja, antes de reprimir sexualidades naturais do homem, foi através de relações de poder que tal sexualidade se instaurou, e pela incitação do discurso.

O mesmo se dá em relação ao “Vigiar e Punir”: antes de ser um espaço de repressão, a prisão é um espaço de produção de corpos dóceis, a partir da individualização em espaços celulares e a vigilância irrestrita (como nos indica sua análise do panóptico). O mesmo se dá com suas instituições correlatas: a escola, o hospício, etc. É interessante perceber como essas instituições também estão vinculadas, e são produtoras de saberes: na escola temos a pedagogia, na prisão surge a criminologia e o hospício é território da psiquiatria.

Espero ter conseguido elaborar neste limitado espaço alguns de seus conceitos que me parecem centrais na obra, e (isso talvez seja muita pretensão) ajudar a dissipar alguns dos preconceitos que parecem vigorar em nosso curso (nos corredores, mas algumas vezes dentro das salas de aula também) sobre este polêmico, porém complexo pensador que, penso eu, merece uma lida mais cuidadosa. Para quem deseja se aventurar eu indico como introdução o livro “As Verdades e as Formas Jurídicas”, coletânea de uma série de palestras dele realizadas na PUC, além da coletânea de Roberto Machado “Microfísica do Poder”. Um comentador que merece ser lido é o próprio Paul Veyne no seu belo “Foucault Revolucionaria a História”, onde ele explicita de forma impecável o procedimento foucaultiano e os seus intuitos.

André Bassères, 8º p.



Então? Estás perdido, camarada? Vagas às cegas por toda essa enxurrada de luz e sabedoria? Don't Panic! Nós somos parceiros nessa jornada, e apresentamos algumas passagens pelos corredores da história-nauff.

Com este número d'A roda iniciamos uma série de textos apresentando os diversos grupos de estudo e pesquisa do nosso curso. E, começando com o começo, que tal uma Santa Ceia de história Antiga?

As coisas do curso, o curso das coisas...

Bom, votamos para caramba neste semestre, mas com certeza não paramos só por aí. Brigamos muito e estudamos muito também. Os estudantes de história, em particular, tomaram duas importantes decisões: escolheram a nova direção do centro acadêmico e a nova coordenação da graduação. Inclui-se com uma votação parecida. Ambos processos legitimados pelos fóruns do movimento assembleias, debates, reuniões, panfletos, passagens de sala, etc.

Um novo horário vem pela frente; nossos representantes estudantis já foram encaminhados para o departamento (GHT). Agora nos resta brigar. No bom sentido minha gente, não espero levar tapas na orelha de ninguém no ICHF, talvez se esquentar muito agente resolva lá fora... Brincadeiras à parte, um novo horário vem por aí, o clima esquentou bastante

(fiquei até mesmo com fama de biombo!) e acho que isto é bom. Apresentamos uma demanda clara e razoável. Nossos interesses não podem ser conflitantes (docentes e dicentes) se nos balizamos pela defesa e expansão do ensino público e gratuito -- penso que não preciso ressaltar o qualidade, afinal quem em sã consciência e no bem dos interesses iria querer expandir algo ruim? Por tanto, cabe em boa parte a nós mostrarmos a que viemos, perturbarmos a vida dos professores sim, até por que quando fomos professores também seremos perturbados pelos nossos estudantes, e lutarmos juntos pela melhoria da nossa formação. Creio que não é fácil, mas dá pra apostar nossas fichas.

Por fim, estejamos atentos, em constante dialogo com nossos colegas, docentes e técnico-administrativos, presentes nos espaços do Movimento Estudantil e aproveitando a próxima calourada! Faremos mais festas, mais churrascos, mais debates, mais cine-hist, mais passagens em sala, enfim, para aqueles que não gostam três opções: saiam da faculdade e abram espaço pra quem goste; participem do ME e corram o risco de gostar, ou de mudar; ou então, simplesmente façam disso uma distração do dia, um exercício de meditação em que consiste em abstrair tudo isso. Cabe a você, mas acredito que se teve paciência pra ler esta revista dos estudantes em movimento (sacou o trocadilho?!), até aqui, é por que tem um certo interesse! Abraços e até a próxima!

Daneil Teixeira Tomazine, 5º p.

C.E.I.A.
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DA ANTIGUIDADE

Bom

dia/tarde/noite/madrugada/ida ao banheiro/o-quer-que-esteja-fazendo-ao-ler-esta! Estamos ocupando este espaço para falar, explicar e ao mesmo tempo convidá-los para um de nossos Centros, o CEIA. Antes de mais nada, não se trata de um Centro Espirita (acabamos de repelir boa parte dos nossos leitores), tampouco de mais um Centro Esotérico Inspirado na Antiguidade -- agora os neo-pagãos é que reclamarão, queimando nossa revista em um dos seus rituais nerd... ops, às suas próprias divindades.

É meus caros, ao contrário do que se pode pensar, tem gente séria que estuda a Antiguidade! E, além de sérios, se número é considerável e sua qualidade, referência. Se és calouro, pergunte a um veterano sobre a cadeira e a especialidade do professor Ciro. Tudo bem, ele provavelmente responderá, de boca cheia, TUDO. E ele terá razão.

O grande barato do CEIA, no entanto, não reside apenas em méritos individuais; é um Centro que reúne, além de professores e alunos de História, o mesmo conjunto de Letras Clássicas. Os coordenadores (vii? São dois!) são necessariamente um de Letras e um de História. Tá, tá, já entendemos, agora podem parar as comparações com a diarquia espartana e com os cônsules romanos. Mas o princípio é o mesmo dos romanos.

Legal! Temos um Centro Interdisciplinar!.. Mas o que ele faz? E o que os alunos fazem nele? E o que você tem a ver com isso? O CEIA é um local aberto para qualquer aluno, dessa ou de outras universidades, desde que sua entrada seja aprovada em uma de nossas reuniões - reuniões essas onde os votos dos alunos e dos professores têm o mesmo peso, para toda e qualquer votação! É o modelo de Péricles, moleque!

Mas, apenas supondo que você seja um cara muito, mas muito egoísta e pragmático (não estou dizendo que seja, apenas supondo) e esteja se perguntando: "Que diabos eu ganho com isso?" Bem, o CEIA monta, em conjunto com os professores que os ministrarão, minicursos de temáticas diversas, normalmente de caráter introdutório. Além disso, contamos também com diversos grupos de estudo, cujos temas são "Escravidão Clássico", "Politeísmo", "Egito Faraônico", "Celtas"... As áreas não estão fechadas! Caso você conheça outras pessoas interessadas em um tema não apresentado, é livre para lançar o seu! Afinal, os GE têm autonomia para decidir textos, dinâmica, professor (ou a não presença de um!)

E não é só isso! Junto com tudo isso o CEIA ainda organiza jornadas anuais, com alunos e professores de fora da UFF! É isso mesmo, caro leitor! Nas nossas jornadas alunos também apresentam trabalhos, na forma de comunicação, desde que orientados por um professor. E por tal feito, recebem a sua remuneração habitual, na forma de rações egíp... calma, é um certificado.

Aí está a dinâmica do Centro que estuda "as ilhas de civilização distribuídas pelo Mediterrâneo" e também o que está um pouco além disso, desde que antes de 476 d.C. Esperamos contar com alguns mais de vocês, interessados e francamente comprometidos com a área, seja na forma de falanges ou de hostes.

Texto por: **Anglo-Saxão** e **Afro-Gaulês**. que não trabalham para o (011)1406

Carta aberta dos estudantes de história

Aprovada em assembléia
dia 5/10/2006 - por consenso

Em 2004 os alunos de graduação em história foram informados por alguns de seus colegas que estavam em curso as eleições para coordenação do curso e chefia do departamento. Sem nenhum aviso prévio, nenhuma divulgação, nem tampouco qualquer tipo de debate e diálogo com os estudantes, foi instaurado o processo eleitoral "democrático" visando à continuidade da mesma política de descaso com a graduação. Uma rápida mobilização dos graduandos conseguiu, naquele ano, impugnar o pleito como repúdio ao modo como este havia sido conduzido.

E eis que em 2006 nos deparamos com o mesmo cenário sombrio: nenhuma consideração para com aqueles que são de fato os maiores interessados em tal eleição, nós, os estudantes. Uma vez mais, a mobilização levou à impugnação do escrutínio. Muitos podem pensar que agora nos reunimos em bares para celebrar nosso triunfo eleitoral. Enganam-se, no entanto. A verdadeira vitória estudantil só se configurará no momento em que tivermos uma oferta de disciplinas condizente com a demanda e a fama do curso, quando tivermos um número adequado de professores, quando for construída uma relação mais sadia e democrática entre docentes e discentes, enfim, quando o currículo estiver de fato sendo implementado.

Para que possamos percorrer o restante do longo trajeto rumo ao curso de nossos sonhos, devemos começar voltando nossos olhos para o momento presente a fim de perceber o que se passa. Nesse sentido, a dupla anulação (inclusive para uma instância que não havia sido deliberada em assembléia estudantil, a chefia departamental) sinaliza um claro descontentamento do coletivo dos estudantes com o modo como o departamento de modo geral tem se comportado em relação a esse coletivo. A não-campanha desse primeiro turno foi uma sintomática representação do afastamento cada vez maior entre professores e estudantes (vale lembrar que muitos estudantes sequer conheciam os professores candidatos). Assim, para além de uma reação imediata ao modo como foi conduzido o processo eleitoral (especialmente no que diz respeito à falta de diálogo), a campanha pela anulação reflete, também, uma reação a este afastamento crescente.

Muitos professores, no entanto, ao invés de interpretarem a anulação das eleições como o apelo ao diálogo que de fato foi, preferiram nela enxergar uma manifestação infantil de birra estudantil.

Mas será que estes estão certos? Será que não passamos de crianças levadas fazendo manha e batendo o pé, e que como tais, o que merecemos são umas boas chineladas? Não, não se trata aqui de nenhum tipo de síndrome rara que inflige a uma boa parte dos estudantes uma regressão mental coletiva, levando todos a se portarem como crianças imaturas cheias de "vontades". Somos, isso sim, sujeitos autônomos, com pensamentos próprios, e também com angústias particulares (já que somos os maiores afetados) sobre o nosso departamento e a situação cada vez mais calamitosa de nosso curso. Nós também temos idéias para melhorá-lo, nós também temos propostas e projetos. E exigimos ser ouvidos, ser tratados com respeito e participar de qualquer processo que decida nada mais, nada menos, que o NOSSO futuro, a NOSSA formação acadêmica.

Reivindicamos de forma geral à comunidade dos professores do departamento, antes de tudo, o reconhecimento da capital importância dos estudantes, não somente como componentes do curso de graduação, mas como a parte que fundamenta e justifica a própria existência da instituição como um todo. Isto posto, entendemos que os professores, detentores como são de múltiplos dispositivos institucionais, deveriam não apenas mostrar-se solícitos ao necessário diálogo, mas também dispostos a iniciá-lo e fomentá-lo.

Em termos específicos, nossas reivindicações aos que se propõem a gerenciar o curso e o departamento são diversas. Queremos que seja garantida uma oferta de disciplinas minimamente condizente com a proposta de nosso currículo (evitando a espúria ocorrência da última pré-inscrição, quando uma disciplina beirou a centena de postulantes), permitindo aos alunos que se formem nos eixos (temáticos e cronológicos) por eles escolhidos. Pedimos, também, um mínimo de pressão para que os professores cumpram o número de aulas exigido e apresentem (inclusive via internet) com antecedência os programas dos cursos que pretendem

oferecer, especialmente os de ementa aberta, como os seminários temáticos. Em relação aos seminários questionamos também o seu caráter muitas vezes micro-temático, baseado em um tema específico de alguma pesquisa realizada pelo professor. Neste sentido, exigimos inclusive que sejam oferecidas mais matérias regulares, em lugar da atual enxurrada de seminários, que gera problemas devido à repetição de códigos de disciplinas por vezes extremamente dispare.

Defendemos a realização de pesquisas quantitativas com os estudantes a fim de determinar os eixos e disciplinas instrumentais com maior demanda, além da publicização do planejamento bienal das disciplinas a serem oferecidas. Advogamos um rodízio de professores nas disciplinas do ciclo básico já acertada em dois momentos: no seminário de currículo e na plenária departamental de 05/10/2005 -, que evitaria dois problemas: o empoeiramento de alguns docentes em certas cadeiras, além do virtual desconhecimento de muitos professores por parte do corpo discente. Além deste, reivindicamos também um rodízio de professores pelos dias da semana.

Cabe ressaltar que temos perfeita noção de que a implementação de muitas das reivindicações acima mencionadas necessita de algo mais do que mera vontade política e, em função disso, exigimos que a Comissão Acadêmica reassuma suas funções (exigência esta que é também um compromisso do coletivo de estudantes), através de reuniões quinzenais, e que a mesma constitua um ponto de pauta em todas as reuniões departamentais. A fim de que os outrora tão comuns "esquecimentos" na divulgação das reuniões seja evitado, propomos o estabelecimento de um número mínimo de cartazes (indicando, inclusive a pauta) que deve ser afixado com, pelo menos, uma semana de antecedência, para que os estudantes possam deliberar a posição de seus representantes. E já que falamos em representação, propomos que a nossa seja elevada para 1/5, com um suplente para cada titular. Exigimos também a paridade real, além dos direitos de autonomia frente a escolha de nossa representação e o direito a voz para todos os estudantes que desejarem participar das reuniões departamentais.

O atual quadro de professores, bastante reduzido em relação ao do momento no qual o currículo foi elaborado, nos leva a demandar, também, um maior planejamento das concentrações de disciplinas e saídas de professores, bem como uma avaliação das dispensas relativas ao número de orientandos e, obviamente, a saída de certos professores de seus feudos na pós-graduação.

Por fim, conclamamos nossos próximos coordenadores a organizar um seminário de gestão no último semestre do mandato, com o fito de garantir o caráter processual e não-estacionário da gestão do currículo e da relação estudantes-professores. Em caráter emergencial, exigimos, a organização de um amplo debate envolvendo estudantes (com dispensa de aula garantida), professores e técnicos-administrativos a fim de aparmos as arestas existentes e reiniciarmos um diálogo que, caso bem conduzido, só terá ganhos a oferecer para todas as partes envolvidas. Essas duas propostas visam à construção de um diálogo mais consistente entre as partes que compõem o nosso GHT, além de buscar responder às questões que nos parecem ser mais importantes para todos: O currículo é bom em tese mas impraticável? Ou será o nosso problema o mesmo de toda a educação pública brasileira? Ou pior, será que ambas as questões se combinam? Estas questões nos parecem ser importantes pontos de reflexão que reverberam diretamente no nosso quadro de horários e em nossas salas de aula.

Certamente, nós, estudantes, temos também uma parcela de culpa na falta de diálogo que motiva as críticas e propostas nesta carta explicitadas, uma vez que o mesmo pressupõe a ligação entre duas pontas. Estamos, porém, dispostos a correr atrás do prejuízo e apresentamos desde já alguns temas que deverão ser prioridade para uma futura chapa candidata a coordenação do curso, caso queira ter os estudantes a seu lado. Reafirmamos nossa postura de repúdio à falta de diálogo, assumimos nossa posição de anular novamente o processo eleitoral, caso se desenrole da mesma maneira e reafirmamos nossa disposição de trabalhar conjuntamente e colaborar na sustentação política de qualquer chapa que se comprometa com nossas reivindicações.

Organizando a Cultura: Dialogando com Gramsci, cantando com Paulinho da Viola.*

O golpe civil-militar de 1964 havia aprofundado a política econômica (de arrocho salarial e endividamento externo) iniciada desde o Governo do Presidente JK (Mendonça, 1986) Paradoxalmente, no chamado “Campo da Cultura” os movimentos de esquerda se faziam cada vez mais marcantes e se tornavam dominantes numa sociedade desigual e marcada pelas contradições sociais inerentes ao capitalismo, e que vivia sob a égide de um governo claramente de “direita.” De toda forma, os chamados “Festivais da Canção”, marcados pela presença da classe média contrária ao regime, ganhavam enorme força acentuando ainda mais essa dicotomia. Nesse contexto, polarizavam-se as tendências na MPB. De um lado, o CPC da UNE (centro popular de cultura), claramente inspirado em postulados isebianos, assumia uma tendência nacionalista contrária ao Imperialismo Yankee. O CPC adotava uma postura, de certo modo, elitista, na medida em que, num dualismo característico do pensamento das “vanguardas”, diferenciava “cultura popular”, ou seja aquela produzida pelas massas alienadas, a uma outra de “tipo autêntico”, isto é, aquela produzida por jovens intelectuais de sentimentos “nacionais e puros”, que, de modo quase “messiânico”, iriam resgatar as massas e mostrá-las o *verdadeiro* caminho. De outro lado estavam os tropicalistas, que criticavam amplamente os costumes da sociedade moralista brasileira e que incorporaram as mais diversas tendências externas. Uma forma de canção plenamente de acordo com o momento que nossa economia passava de “abertura” do mercado para o capital estrangeiro. Segundo Eduardo Granja Coutinho, professor e pesquisador da ECO-UFRJ, “compreendendo a música popular como fato eminentemente estético, o tropicalismo opera um deslocamento da questão política.” (Coutinho, 2002).

Nesse mesmo momento, surge um compositor “jovem de grande valor” que não seguia a risca essas tendências majoritárias na época: Paulinho da Viola. Em primeiro lugar para compreender tal questão é preciso pensar Paulinho da Viola como um verdadeiro “organizador de uma cultura”, como um “intelectual orgânico”. Valho-me aqui da noção de Gramsci de intelectual, como aquele que organiza a “vontade coletiva”, recuperando as tradições e valores de uma cultura efetivamente não hegemônica (Gramsci, 1978). Toda a carreira de Paulinho da Viola é marcada por uma profunda articulação entre ele a comunidade subalterna do “samba”. Dessa forma, a práxis de Paulinho sempre se deu no sentido de resgatar as tradições de uma comunidade não hegemônica, sistematizando um conhecimento contrário à lógica hegemônica do capital. Por conseguinte é possível aferir que Paulinho efetivamente adotava uma posição de luta e resistência, uma posição “*nacional-popular*”. Para exemplificar tal questão podemos tomar aqui dois momentos fundamentais da carreira do compositor: a fundação da “velha guarda da Portela” e o importante papel na reconstituição do grupo de choro Época de Ouro, que demonstram claramente a importância que o compositor dá a memória das comunidades. De todo modo é preciso compreender como Paulinho da Viola pensa a própria história para verificar elementos mais concretos de resistência. A tradição para Paulinho não é entendida como algo puro e que, portanto, deve ter a sua essência conservada. Na verdade, a tradição não é estática, mas sim algo que se refaz constantemente. Num momento duplo de dialética, o velho e o novo aparecem como elementos fundamentais de Paulinho da Viola. Se, por um lado é herdeiro das “bambas” do Estácio, como Ismael Silva e Noel Rosa, por outro compõe músicas utilizando um sintetizador ao lado de compositores como Caetano Veloso. O passado e as tradições populares, para o nosso sambista, são efetivamente vivos no presente. Conservação da memória popular e culto ao passado são efetivos antônimos. Citando Eduardo Coutinho, “para Paulinho popular não é sinônimo de massificante ou folclórico; popular é, fundamentalmente, o não hegemônico, o que está à margem

*“Eu não vivo do Passado
o passado vive em mim.”*
Paulinho da Viola

(...)A defesa do samba e do popular como linguagem de expressão da vida comunitária caracteriza sua atividade como músico e como “organizador da cultura.”

Nesse sentido, podemos entender a gravação do LP Zumbido, em 1979, como um marco efetivo de resistência negro-proletária do sambista. Dirá Paulinho que Zumbido é uma “coisa que incomoda”, nesse LP “a afirmação do samba carioca como fator de um grupo social está expressa claramente, ao nível de conteúdo, enquanto consciência política” (Coutinho, 2002). Ainda buscando exemplos de resistência na obra do sambista, destacamos as canções “Uma história diferente”, que conta a história de um negro “diferente”, ou seja, que busca afirmar a sua cultura, e a letra de “argumento”.

*Tá legal, eu aceito o argumento
Mas não maltrate o samba tanto assim
Olha que a rapaziada está sentindo a falta
De um cavaco, de um pandeiro ou de um tamborim
Sem preconceito ou mania de passado
Sem querer ficar do lado de quem não quer navegar
Faça como um velho marinheiro
Que durante o nevoeiro toca o barco devagar*

Nessa canção, Paulinho a um só tempo, critica tanto aqueles que visam a conservação da “essência do samba”, ou seja, os nacionalistas conservadores, quanto aqueles que buscam assimilar a-criticamente uma forma americanizada de música. Ao contrário de ambas as tendências, Paulinho atua numa postura verdadeiramente “nacional-popular”, porque demonstra “a capacidade de distinguir entre o válido e o não válido no seio do patrimônio cultural universal” (Coutinho, 2005). Dialoga com aquilo que é externo, “aceitando o argumento”, da mesma forma que busca preservar um patrimônio histórico local, “quando a rapaziada sente a falta”.

Paulinho atuou no sentido de propor uma estratégia própria de resistência. Eu diria ainda mais: uma estratégia gramsciana. Como nos mostra o sábio Eduardo Coutinho, Paulinho leu os escritos do filósofo da Sardenha. Recuperar valores e costumes não hegemônicos e a íntima articulação entre intelectuais e povo são valores que norteiam tanto a reflexão gramsciana quanto a práxis do sambista da Portela. Em meio a um diálogo entre “elitistas” e “entreguistas” Paulinho foi a voz que cantou diferente.

Luis Guilherme Porto Rocha, 2º p.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil*: ensaio sobre idéias e formas. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2005.

COUTINHO, Granja Eduardo. *Velhas histórias, memórias futuras*: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

*A meu pai, o historiador Oswaldo Porto Rocha, por tantas vezes me ninado ao som de Paulinho.

A Mariza Simões e a Solweig Penteado pela atenção nos tempos em que eu era apenas uma criança curiosa.

Os limites da dúvida

Voltamos ao debate, este sim “objetivo primeiro” da nossa revista. Nos dois primeiros números, dois textos se opuseram frontalmente, embora com mais semelhanças do que é perceptível à primeira vista (as quais pretendo demonstrar abaixo): “O valor da dúvida” e “O valor da certeza”. No primeiro, fiz um apelo, “Duvidemos!”; no segundo, meus angustiados amigos Lucas e Marco matizaram, discordaram de e criticaram o meu texto. Duvidaram, enfim. Sua contribuição foi essencial, colocando certos limites no meu entusiasmado, mas imaturo, ceticismo, corrigindo-o, em certo sentido. É sobre isso que versa (ou prosa?) este texto.

Começemos por algumas definições. O ceticismo político pode ser entendido basicamente como uma dúvida sobre os princípios da ação política, mas não questiona necessariamente as crenças morais e políticas. Penso o ceticismo filosófico, por outro lado, como uma dúvida mais ampla da possibilidade mesma de uma crença racionalmente fundamentada. O que me interessa aqui, porém, é a dúvida sobre a moral e a política, muito mais urgentes que os interessantes quebra-cabeças filosóficos sobre a existência do real. Preciso, porém, fazer uma distinção que não ficou clara anteriormente: o ceticismo refere-se à dúvida, não à negação, pois senão cairíamos no niilismo ou no relativismo, ambos dogmáticos, pois o primeiro afirma a inexistência de qualquer doutrina moral objetiva, enquanto o segundo acredita na impossibilidade de princípios universais. O ceticismo, por sua vez, duvida também destas proposições.

Já foi dito que o ceticismo leva a um conservadorismo, pois incentivaria a inação; da mesma maneira, dificultaria a defesa de quaisquer princípios, pois eles não seriam universalmente válidos. Poderia também libertar às pessoas de constrangimentos morais, transformando-as em monstros. Existem, porém, visões mais positivas, em que o ceticismo poderia incentivar a tolerância, pois seria mais difícil impormos nosso modo de vida se temos dúvida sobre a sua superioridade. As implicações são variadas, pois dependem do quê se duvida e porque se duvida, e ao mesmo tempo das crenças que se têm, pois é impossível a suspensão total do julgamento. O ceticismo, portanto, acaba por ser uma posição inerentemente instável, a qual, em minha opinião, devemos lutar a todo momento para retornar, mas em que não

A Timemania da alegria

A Timemania – loteria criada pelo governo federal para sanear as dívidas de alguns clubes de futebol – foi sancionada apenas recentemente pelo presidente Lula (Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006), e as discussões sobre sua regulamentação ainda estão em pauta no Congresso Nacional. Motivo de muita polêmica, a nova loteria, não raro, tem sido interpretada – equivocadamente – como a solução última para os problemas dos clubes endividados. Dentro dessa lógica, presidentes de agremiações, políticos e setores da mídia têm acenado para o projeto como uma espécie de tábua de salvação. Tal discurso é falso e deve ser visto mais como um gol contra do que apenas um ingênuo otimismo. Aliás, quando do debate acerca da ainda embrionária MP (em junho do ano passado), o senhor Agnelo Queiroz – então ministro dos esportes – era um dos mais empolgados, haja vista que na ocasião bradou: “Ninguém é louco, ninguém pode dizer que um projeto deste é ruim”. 1

No entanto, gostaria de esclarecer ao ex-ministro que muitos cidadãos são contrários à Timemania e, que dentre estes, sou apenas um dos “loucos” mais humildes apontados pelo discurso do senhor Queiroz. Por outro lado, um dos críticos mais especializados no assunto é o doutor Pedro Trengrouse, mestre em Direito Desportivo, que em um de seus artigos demonstrou que a Timemania ajuda muito mais o governo do que os clubes de futebol. 2 Ademais, o especialista frisou que o acordo que se pretende estabelecer pela nova lei representa uma verdadeira ingerência estatal na administração privada das agremiações, que já se encontram sobrecarregadas por uma elevadíssima carga tributária e por altas taxas de juros praticadas pelo próprio Estado.

Tal clima de desconfiança é compartilhado por Marcelo Proni, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp). O economista analisou com prudência os possíveis resultados da Timemania. Em sua opinião, a previsão feita pelo Ministério do Esporte, de arrecadação de R\$ 500 milhões por ano, através da loteria: “está superestimada, pois o torcedor terá que se sentir estimulado a apostar na loteria, acreditando para isso no seu time”. 3

A leitura crítica da Timemania, como podemos notar, é importante. Desta forma, conforme chamei atenção, alguns importantes cartolas e defensores do projeto argumentam que o

“Mesmo céticos podem ser tão dogmáticos quanto os crentes mais fervorosos” Judith Shklar

podemos (nem devemos) sempre permanecer, pois a dúvida por si mesma não pode desempenhar papel político algum.

A indiferença parece ser o maior perigo moral e político para o cético, mas, creio que ela é fundamentalmente determinada pela predisposição anterior à justiça – entendida esta da maneira que for –, pois os resultados dependem fundamentalmente das crenças que o precedem e resistem ao seu efeito, em cada pessoa. É possível pensar também que existem dois elementos resistentes à dúvida, e, conseqüentemente, ao ceticismo – as necessidades por uma consistência psicológica interna (que inclui a luta por uma consciência intelectual honesta) e por reconhecimento social, pois são essenciais para o viver em sociedade e para que cada indivíduo possa construir uma identidade minimamente coerente. É possível construir daí um fundamento básico para a ética, pois as necessidades acima expostas exigem reconhecer o Outro e suas demandas, ainda que numa perspectiva crítica. Daí pode nascer um desejo por alguma espécie de justiça, baseada no reconhecimento mútuo, o que poderia evoluir para uma atuação política baseada na busca pela igualdade. Qual igualdade, porém, depende de como o cético pretende viver sua vida, questão esta para a qual a dúvida é incapaz de fornecer respostas – e nem é este seu papel.

Enfim, pode ser melhor pensar o ceticismo não como uma posição ou um conjunto de princípios, mas como uma ferramenta intelectual ou uma predisposição psicológica, baseada na crítica constante e na auto-reflexão. Não deve ser uma desconfiança irrefletida, mas um exercício sempre em curso de consciência intelectual. Esse tipo de ceticismo não é fácil; ele nos deixa intranqüilos, pois exige uma luta perpétua contra a tendência de parar de questionar, isto é, de pensar. Talvez seja a própria capacidade de refletir sobre estas questões o principal indicador da dignidade humana, pela qual devemos suspender a suspensão de julgamento e lutar por ela.

Thiago Krause, 6º p.

Estante:

Petr Lom – **The Limits of Doubt: The Moral and Political Implications of Skepticism**. A este livro devo a maior parte das reflexões acima.

mesmo será a salvação do futebol brasileiro (discurso semelhante foi feito quando se criou a Loteria Esportiva). Apesar de discordar de tal tese, devo admitir que o acordo é capaz de propiciar uma sobrevida momentânea aos clubes, mas é importante ressaltar que tal medida é insuficiente. Além disso, minha crítica fundamental se insere dentro do campo da ética, cuja utilidade – genericamente – consiste em ditar as qualidades das ações humanas, definindo-as como boas ou ruins. Nesse sentido, a Timemania ofende o princípio da moralidade, pois apesar de ocorrer através de contribuições facultativas dos torcedores, a arrecadação será baseada na paixão ou, até mesmo, no vício dos contribuintes. Trata-se, portanto, de uma verdadeira transferência de parte de uma dívida fiscal privada para os milhares de apostadores azarados que não forem sorteados.

Assim, a situação descrita se torna ainda mais caótica, na medida que ao longo de anos, dirigentes contrairam dívidas sem o menor pudor, pois suas administrações foram marcadas por um gerenciamento irresponsável e, até mesmo, corrupto. Vejamos, por exemplo, o caso do Clube de Regatas Flamengo, que é um dos maiores beneficiados pela nova loteria. O clube já teve um presidente preso (acusado de corrupção), possui uma dívida fiscal enorme, mas segue acumulando débitos a cada dia e, a despeito de tal situação, continua sendo agraciado com dinheiro da estatal Petrobrás.

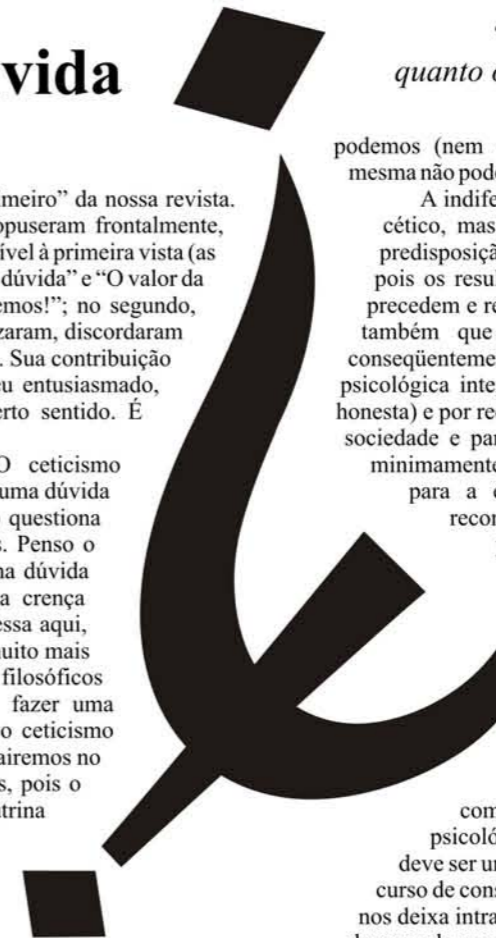
Apesar da Timemania levantar uma discussão temática verdadeiramente ampla, que pode ser mais aprofundada em outros debates também relevantes, mas não postos no presente artigo, como a própria conversão dos clubes em empresas, os problemas inerentes ao referido projeto, aqui levantados de forma geral, devem nos deixar atentos e preocupados com o futuro de nosso futebol, que é considerado pelo próprio governo como um forte traço da cultura nacional, especialmente através da Seleção brasileira, instituição capaz de aproximar e promover a paz entre nações. Sancionada por Lula, a nova loteria passará por algumas adequações técnicas. A partir de agora, nos resta aguardar ansiosamente seus resultados práticos, para o melhor ou o pior.

Thiago Werneck, 5º p.

1.Fonte: Gazetaesportiva.net - Data: 14 de junho de 2005.

2.Refro-me ao artigo “Parte do Leão” publicado na revista Consultor Jurídico. Data: 21 de junho de 2005. Tal artigo pode ser acessado também através da internet, no sítio da supracitada publicação.

3.Fonte:Agência Brasil. Data: 14 de Setembro de 2006.



Entrevista

Marcos Alvito



A roda: Quando você entrou na Universidade foi para estudar história antiga e agora suas pesquisas são mais voltadas para a história oral, certo?

Alvito: Minhas pesquisas são hoje mais o que os historiadores chamariam de cunho antropológico e os antropólogos chamariam de cunho histórico. Eu acredito que você tem uma ciência social, que apenas por uma questão de tradição e de habitus, e por uma questão corporativa, de poder, você não funde os cursos de antropologia, de sociologia e de história. Existem alguns saberes e técnicas específicas, mas estamos pensando os mesmos problemas. Portanto essa oposição é ultrapassada. Eu não trabalho com história oral. Eu trabalho em pesquisas em que a história oral está envolvida, há etnografia, há observação, o contato e também as entrevistas propriamente de história oral. Meu campo não é propriamente a história oral. A história oral tem entrado como técnica nas minhas últimas pesquisas.

O material que é produzido pela história oral muitas vezes sofre questionamentos de várias ordens. Muita gente afirma que não é um documento histórico por causa da subjetividade. Como você vê essas críticas? Você acha que tem algum limite na fonte oral que não tem na escrita?

Nas pesquisas em favela, eu sempre ia 1º buscar as instituições que guardavam documentação escrita. Ai, eu morri de rir dos historiadores, porque vi como se fabrica uma documentação escrita. Ela surge sempre por conta de uma necessidade, num contexto e numa relação de poder. Eu só faço uma carta de alforria porque eu tenho uma sociedade escravista onde se eu não tiver a carta, a polícia me prende. As associações de moradores, como as propriedades da favela não eram legalizadas, funcionavam como cartórios para regular as relações internas. Acontece que a associação fazia esse serviço da mesma maneira que um cartório, cobrando uma porcentagem. Havia transações da ordem de 40 mil reais. O sujeito que estava comprando ia ter que pagar 40 mil reais, e chegava na associação de moradores pra registrar e descobria que teria que pagar 1.200. Não pagava. Ai o que se fazia: a associação de moradores fabricava, falsificava a documentação que ela mesma utilizava. Ela mesma colocava lá que tinham sido 20 mil reais. Como aquilo não ia pro imposto de renda, porque não era algo legalizado, e o próprio presidente da associação, que era quem presidia essa transação, dizia: "não, coloca 20 mil aí e paga só seiscentos", pra manter a norma intacta, no caso de alguém querer e poder pagar. Eu fico imaginando um historiador no futuro que chega e diz: "eu vou estudar o processo de valorização fundiária das favelas cariocas". Ai encontra um arquivo de uma associação e vai pegar lá as transações na maior seriedade pra fazer os gráficos mostrando o valor das terras, fazer estatísticas, etc. Totalmente furado. E existem, inclusive, casos de documentação escrita que a falsificação é mais importante que o documento real, como o plano Cohen, por exemplo. É falsificado, mas é genial que Getúlio naquela época tivesse necessidade de fabricá-lo.

Ou seja, tudo o que você pode falar para a fonte oral, pode falar para a escrita. Qualquer fonte vai ter presente a subjetividade, as circunstâncias, as relações de poder. A história oral se aproxima do Lucien Fêbvre, quando disse que o historiador deve ir atrás da carne humana. Porque eu acho que a coisa mais difícil pra passar pros aluno de 1º ou 2º grau é o seguinte: história pros alunos é uma das matérias mais abstratas, porque há uma linguagem criada, artificial, e não deveria ser! Dizer: "não gosto de história" é renegar a humanidade. Por que o aluno não gosta? Porque os gregos não existiram. Existem no livro, na aula que o professor dá, mas não parecem vivos. São mais abstratos do que x¹-y.

Eu não colocaria a superioridade também da fonte oral sobre a fonte escrita. Até porque o que existe são as questões que a gente está querendo. E aí eu quero fonte escrita, oral, se baixar o sujeito num centro espirita, também quero. A história eu estou aceitando todos os tipos de fonte. Eu vejo isso como o pressuposto da Escola dos Annales, fazer história total. É usar todo tipo de documentação, todo vestígio que o homem deixou. A questão não é que fonte é mais objetiva, é como nós vamos trabalhar essa fonte. E quanto mais subjetivo, complexa ela for, melhor. Desde que a gente não esteja querendo chegar a conclusões do tipo sim e não. Ai tudo bem, aí nenhuma fonte serve porque nenhuma vai dar uma resposta tão clara pra nós.

Uma outra coisa que as tendências mais tradicionais da história tendem a questionar é a utilização de anacronismos. Você vê alguma coisa positiva que pode ser extraída desse tipo de procedimento?

Tem um texto da Nicole Loraux chamado "O elogio do anacronismo", e ela diz isso: o historiador vive com medo de ser anacrônico o tempo todo. o que é não ser anacrônico? Não sei. No

Eis que A roda finalmente ultrapassou a longínqua fronteira do bloco O, e foi ouvir o que lá se tem a dizer aos estudantes e sobre os estudantes. Agradecemos imensamente ao Prof. Marcos Alvito pela colaboração e, desde já, deixamos aqui nosso pedido de desculpas pela brutal mutilação que sua entrevista teve que sofrer em função de nossas limitações de espaço. Sem mais delongas, deixamos que vocês se divirtam com as palavras do bem-humorado professor, e proclamamos todos a ler a íntegra da entrevista na nossa página na internet: **http://br.geocities.com/rodauff**

Marcos Alvito

estudo da Atenas antiga, por exemplo, como eu não vou ser anacrônico? Eu vou usar as categorias só da antiguidade? Não! O tempo todo eu estou construindo em termos de diálogo. Eu estou construindo a categoria "classe social". É uma abstração, mas pode ser vista como um anacronismo também se ninguém à época pensava em termos de classe social. A história é sempre diálogo, comparação. E num certo sentido, sempre anacronismo. Agora, o que não pode haver é uma desconsideração total daquelas fontes, projetar da maneira mais fantasiosa naquela sociedade somente as questões da tu sociedade. Eu percebo isso claramente com os movimentos sociais, "ah, o homossexualismo na Grécia antiga". Não tinha homossexualismo, como modernamente se coloca, na Grécia antiga! O sujeito que está trabalhando numa ONG que defende o direito dos homossexuais, vai pra Grécia antiga dizer que é o paraíso gay. É anacronismo. Agora, ele poderia mostrar essa experiência como sinônimo de "está vindo como as práticas sociais variam ao longo do tempo? Aquilo que nós vemos hediondo hoje já foi considerado uma relação pedagógica, a pedofilia". O meu "primo" lá na dissertação de mestrado colocou uma frase do Finley que ele gosta muito que diz assim: "O que precisamos mudar é o mundo, e não o passado". Agora, numa certa medida nós sempre somos anacrônicos. Por que eu não acho, por exemplo, que não possa comparar a Grécia antiga e Acaai. Não vejo anacronismo nenhum. São sociedades, seres humanos que estabelecem relações, etc. Eu acho que posso comparar o que quiser. Desde que na comparação você estabeleça as semelhanças e as diferenças. Enfim, essas coisas são muito complicadas. Mas eu acho que partir do presente é uma obviedade. Então, se é que eu tenho que ir pro passado com questões do presente, viva o anacronismo! Por que eu acho que é no presente que estamos vivendo. Agora, tem aquela coisa que historiador faz, está direitinho, o que o outro faz, é anacronismo. Também é uma forma de manter intactas as cidadelas do seu sabel.

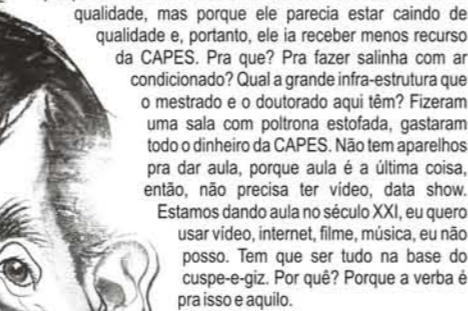
Além da pesquisa você parece ser bastante dedicado à atividade docente. Como você elabora e prepara seus cursos e aulas?

Cada curso eu preparo de um jeito. Agora, eu acho que a atividade de professor é uma atividade "full time". Eu estou me divertindo e pensando que tenho uma aula pra dar. Eu planejo os cursos meses antes, mas aula precisa ter pelo menos uns 20% de improviso. Você tem que estar muito bem preparado, mas a preparação é sobretudo pra que você possa improvisar. Às vezes aquela aula não funciona da maneira que você pretende, você tem que ir para outra coisa. Eu planejei todo o curso de história oral do início ao fim, mas replanejei ele também do início ao fim. Eu acho que a preparação das minhas aulas é total. Eu procuro me saturar de uma porção de coisas pra na aula ter um repertório variado, até de piadas. Existem aqueles que acreditam que vão dar aquela aula, os conceitos, que a turma vai prestar atenção. A turma é educada, finge que presta atenção, mas a gente sabe que é ficção. Acho que o professor tem que tentar interessar e usar todos os meios. Então eu fico pensando o que vai ser mais impactante, mas ao mesmo tempo me permita abordar uma questão teórica. Ou seja, eu planejo pra depois poder mudar tudo na hora, poder improvisar de acordo com a resposta.

Você podia falar um pouco do seu método avaliativo?

Eu não li nenhum livro de didática, então não sei te falar nada sobre o assunto. O método avaliativo acho que é completamente subjetivo. Não acredito em métodos objetivos de avaliação. Uma avaliação até tenho capacidade de fazer, mas uma avaliação que tem que se transformar num número, numa hierarquização, não. Não tem nada que seja mais oposto ao conhecimento do que você dar uma nota. Agora, se transforma num ótimo instrumento de controle, pra obrigar os alunos a lerem isso, fazerem aquilo, etc. Que diga-se de passagem, os alunos também já estão bastante viciados nisso aí. Eu já tentei diferentes métodos de avaliação. Tentei auto-avaliação, que não funcionou porque obviamente o pessoal começava a se dar dez, onze, doze. E até entendo os alunos. Porque, hoje em dia, a academia está montada em cima do valor básico desse novo capitalismo que é hipercompetitividade. Tem uma competição enorme hoje em dia até pra fazer uma disciplina, que é toda balizada pelo quantitativo. É óbvio que os alunos não querem ficar pra trás. Ai, era incrível, porque os alunos mais conscientes, que não tinham coragem de se dar uma nota

maior, eram os maiores prejudicados. Eu tive um aluno que veio na primeira aula e na última aula. E na última aula, ele se deu nota dez na frente da turma. Porque o único instrumento de controle era a opinião pública. Ai, não funcionou. Foi muito pedagógico, entretanto. Porque os alunos puderam perceber o seguinte: a distinção entre alunos santos e professores canalhas não é verdadeira, porque o professor canalha, já era canalha quando era aluno. Ai, eu tive que criar um sistema de avaliação próprio. Tem o sistema da prova, que é injusto também, porque é num só dia de aula. Tem o sistema de misturar a prova com trabalho. Continua a ser injusto também. O trabalho, às vezes um faz mais que o outro, etc. Ai, eu resolvi fazer um sistema: o alvítmetro. Eu digo o que eu vou levar em consideração (a presença, mas não reprovo por presença, a participação, os trabalhos, e algo mais, que é um sexto sentido), e resolvi abraçar, porque eu acho que é a única maneira de denunciar esse sistema é dizer "todas essas avaliações são injustas e subjetivas, mas se é pra ser subjetivo e injusto, deixa que é comigo mesmo". Qualquer sistema de nota é tão esdrúxulo quanto isso. Eu poderia disfarçar esse absurdo, colocando uma média ponderada, e o trabalho vai ter peso dois, mas isso é apenas uma série de camuflagens da subjetividade do professor. Não tenho recebido grandes reclamações. Fiz uma pesquisa anônima, pra saber se os alunos que receberam essas notas do alvítmetro estavam satisfeitos ou não. Deu mais de 85% de aluno satisfeitos com a nota. E nos 15%, tinha até aluno que achava que tinha tirado mais do que merecia. Porque o aluno vê que tem um critério. Ai, a nota se legitima, porque ele realmente foi avaliado. Eu acho que o grande problema hoje é essa estruturação quantitativa aí do mundo acadêmico, hipercompetitiva. A gente tem alunos do mestrado, temos que avaliar um projeto. Avaliar um projeto é complicado, porque projeto é o que o cara ainda não fez. Então, você vai avaliar uma promessa. Quer algo mais subjetivo do que você vai avaliar uma promessa? Eu posso começar uma pesquisa sem projeto nenhum. Todas as minhas pesquisas começaram sem projeto. Eu sou anti-projeto. Sou anti-burocracia, anti-nota, anti essas coisas todas. Sou a favor do conhecimento. O conhecimento é caótico, complexo, rico, poético, emocional. Tudo isso não entra na CAPES, nem no CNPq. Nenhum dos donos do dinheiro. Porque hoje você tem toda uma estrutura de modo de produção de tese e pesquisa, e os alunos são mão-de-obra nesse processo. Eu sei que o pessoal vai ficar puto comigo por lembrar disso, mas há 20 anos, você, aluno de graduação, tinha direito de fazer uma pesquisa sua, com um orientador de acordo com o tema que tinha escolhido. Hoje em dia, não, qualquer bolsa de iniciação científica está presa ao projeto do professor. Então, esse modo de produção acadêmico é totalmente orquestrado pelas agências de fomento. Elas estão conduzindo a pesquisa. A pós-graduação está querendo fazer uma espécie de cadastramento bialn dos professores, que é o seguinte: o professor que não produzir um livro, não sei quantos artigos por ano, em média, fica descastrado da pós-graduação. Eu acho absurdo. Coordenador e vice-coordenador estavam de acordo quanto a esse ponto. Por que estavam preocupados com isso? Porque estávamos ficando em 2º lugar em relação à USP. Não é porque o nosso mestrado ou doutorado estivesse caindo de



qualidade, mas porque ele parecia estar caindo de qualidade e, portanto, ele ia receber menos recurso da CAPES. Pra que? Pra fazer salinha com ar condicionado? Qual a grande infra-estrutura que o mestrado e o doutorado aqui têm? Fizeram uma sala com poltrona estofada, gastaram todo o dinheiro da CAPES. Não tem aparelhos pra dar aula, porque aula é a última coisa, então, não precisa ter vídeo, data show. Estamos dando aula no século XXI, eu quero usar vídeo, internet, filme, música, eu não posso. Tem que ser tudo na base do cuspe-e-giz. Por quê? Porque a verba é pra isso e aquilo.

Me perguntam: "Por que você não quer ser bolsista do CNPq, da CAPES?". Eu não gosto de burocracia, de ficar preenchedo papel, de ter uma porção de gente pra mandar, que fiquem dizendo o que pesquisar. Minha liberdade não tem preço, ganho a metade do salário do cara que tem a bolsa de produtividade, mas que é obrigado a requeantar um artigo, a pegar um artigo do aluno dele. Tem um número razoável de currículos lattes que foram falsificados, numa maior ou menor escala. Os professores colocaram coisas que não fizeram. Minha fiscalização é em sala de aula, me interessam as aulas. Porque são seres humanos vivos.

E porque muitos de vocês vão ser professores, que vão dar aula pra outros seres humanos,

que vão dormir, que vão jogar bolinha, vão paquerar na aula de vocês, etc. Enfim, eu vejo que quem eu vou influenciar são os alunos de vocês. Eu nem estou interessado em vocês, estou interessado nos alunos de vocês. Porque eles não escolheram história, são obrigados a ter aula de história. Ai, tem que ter um professor preparado que mostre que aquilo é uma coisa apaixonante. Essa coisa de laboratório, de escrever relatório, tira o tesão, deixa o cara broxa intelectualmente. Broxa. A não ser quem tem tesão no poder, que aí, óbvio, você vai ter, ao invés de uma sala caótica, uma sala que tem - o intelectual é muito miserável - qualquer luxozinho. Se você vai ter 2 ou 3 computadores, um ar-condicionado, "Pronto, tenho um laboratório". Tem nada. Que instrumentos didáticos você tem? Quais são as possibilidades de trazer um professor do exterior, de mandar alguém por exterior pra fazer uma pesquisa? Dinheiro, aí sim, aí isso é dinheiro sério. De aparelhar a biblioteca, pra fazer um curso de graduação com quarenta alunos, e ter livro pra esses quarenta alunos. Tem dinheiro pra isso? Não. Mas tem dinheiro pra fazer uma salinha com poltrona estofada e ar-condicionado.

Você poderia falar um pouco da importância da música pra didática na sala de aula?

O Lévi-Strauss tem uma comparação muito interessante entre música e mito. Os dois são linguagens que operam com uma estruturação inconsciente, que te atinge de uma forma muito mais direta. É muito mais difícil eu te emocionar com palavras conscientes. O que acontece com a música é que ela é uma fonte histórica que guarda uma emoção de uma época, como se fosse encapsulada. Mas, existe o preconceito da academia, que com o sério, o carrancudo, você aprende mais. É claro que existem exceções, eu não estou dizendo que o professor precisa ser comediante. Numa aula séria pode-se aprender muito. Mas é muito doloroso.

Eu tenho mais liberdade, porque sou um outsider, não se cobra muito do outsider. Uma colega aqui nossa, que é marxista, que eu respeito muito, me recomendou pra um pessoal que fazia um curso de formação política. Ai, eu fui lá. Duzentos sindicalistas, jornalistas ligados ao movimento social, ex-petistas, pessoal do PSTU, do PSOL, enfim, uma platéia totalmente de esquerda. Eu contei da minha pesquisa lá em Acaai, e depois, me perguntaram: "O que você acha da relação da esquerda com o outro?". Bom, a pergunta já diz tudo, né? Que outro? Não tem outro. Ai, eu obviamente detonei a esquerda, porque se eu estou num público de esquerda, tenho que falar mal da esquerda. Se for um público de direita, tenho que falar mal da direita. Se for um público de antropólogos, tenho que falar mal da antropologia. Se for um público de historiadores, tenho que falar mal da história. Eu não sou um sujeito irritante, não. Não é esse o meu objetivo, mas eu acho que a gente deve discutir nossos problemas. E aí, eu discuti. Falei o que eu achava sobre Cuba. Hoje em dia, Cuba é uma tragédia, uma mentira. Que eu não apóio ditaduras, ditadores sanguinários, nem regimes falidos. Não quer dizer que necessariamente eu apóio o capitalismo por causa disso. Mas que não espere de mim silêncio, porque eu estive em Cuba, conversei com os cubanos. Vi a vida que estão vivendo. A Revolução Cubana enquanto experiência histórica, no seu surgimento, foi um dos mais belos fatos no século XX, não tenho a menor dúvida. E até por isso, em nome da Revolução Cubana, em nome do sonho, eu tenho que ser contra campo de concentração de homossexual, contra fuzilamento, contra até a utilização da força. Um regime que se sustenta com polícia política, tanto faz se é o Salazar, ou se é o Fidel. Portanto, eu vejo a minha posição como outsider. A esquerda vai me picar, só falta essa, porque a direita sempre me pichou. O pessoal de esquerda pensa que eu era de esquerda, aí eu falei lá pros duzentos: "Eu não sou de esquerda, eu não sou de direita. Eu não sou comunista, socialista, capitalista. Eu sou flamenguista e pandeirista amador". Ai, tudo bem, todo mundo achou que aquilo era ingênuo.

No curso de história oral, o fado apareceu como um elemento de constituição de uma identidade portuguesa. Você acha que existem semelhanças entre esse processo e o samba, em relação ao brasileiro?

Existem, porque o fado era, o que pode parecer uma contradição em termos, era a música da malandragem portuguesa. Na verdade, o malandro brasileiro, era um pouco o malandro português trazido pra cá. O próprio fado já nasceu num processo de mistura de culturas brasileira e portuguesa. Eu não sei o suficiente da história do fado pra te responder propriamente, mas pelo menos essas duas semelhanças, né? De que era uma música das camadas pobres, uma música ligada a determinados bairros, a figuras, como se dizia no século XIX, os capadócios. Têm algumas músicas de fado que são músicas picantes, de duplo sentido. Também tem essa semelhança com o samba. Mas também tem algumas diferenças, que Portugal à época, era um país, basicamente, de imigração. O fado também cumpria esse papel de fazer você se sentir ainda ligado a Portugal.

O samba é uma música que foi construída pra simbolizar a identidade nacional, num momento que brasileiro não emigrava. Não sei se o samba está exercendo esse papel lá fora hoje. De certa maneira está: os imigrantes brasileiros em Nova York têm um dia que eles fazem um carnaval. Então, existem muitas diferenças de momentos históricos, de como foram utilizados, mas existem também semelhanças.

O funk, hoje, está passando por um processo de saída da periferia, ou do morro, que foi onde ele surgiu primeiro, e está chegando na classe média. Você vê semelhança entre esse processo e o percurso que o samba teve?

Eu vejo semelhança, mas tem uma diferença grande num ponto.

No caso do samba, houve todo um projeto. O Hermano Vianna mostra que foi, de um lado, um projeto da intelectualidade da semana de 22 e outros elementos, que passaram a valorizar a mestiçagem, e de outro, um projeto governamental de propaganda política e de criação de uma identidade nacional do Getúlio. Então, a música que você fazia de acordo com os cânones do Estado Novo, tocava na rádio. Esse era o maior estímulo pra eu deixar de produzir um tipo de música e produzir outro. Esse fenômeno do samba, ele tem a ver também com mercado. As rádios precisavam de propaganda pra sobreviver, e essa era maior quanto maior fosse a audiência. A audiência queria alguma coisa agradável, como o samba. Então, se montou toda uma fábrica de produção de samba. No caso do funk, você tem uma diferença, não houve uma orquestração por parte do Estado, muito pelo contrário. O Estado reprimiu o funk. Mas mesmo o Estado tendo essa política repressiva, mesmo os meios de comunicação tendo, o mercado foi um grande instrumento, porque, não me leve a mal, mas vou falar uma coisa que é o lado mais negativo e o mais positivo do capitalismo: tudo se transforma em mercadoria, o que obviamente é absolutamente negativo. Mas, em compensação, até aquilo que eu execro, que acho que é lixo, ou que acho que é música de marginal, disse que não era xingamento, que era um conceito, e que quando você vê um grupo que age como rebanho, sendo tangido por um líder, ao assovio do celular, você pode chamar esse grupo de boiada, que não é um xingamento. Teve um comportamento de boiada na lista de e-mail, que tudo quanto foi professor que ia votar na chapa 1, disse: "eu vou votar na chapa 1". Falava-se muito de harmonia, de ordem, que é o linguajar conservador de sempre. "Se ganhar a outra chapa, vai ser o caos". Mas eu acho que, obviamente eu tinha que ser desagradável com vocês, os estudantes são boiada também. Os estudantes aceitam ser tangidos, ser marcados pra ser o orientando de Fulano, o auxiliar da pesquisa do laboratório. E eu vi esse fato que aconteceu como um sinal de esperança, os estudantes não estão querendo mais ser boiada. Então, eu fiquei muito satisfeito quando os estudantes deixaram de ser boiada, tanto a que aceita, quanto a que resolve simplesmente dar coice. Eles se articularam de maneira inteligente, fizeram assembleias, buscaram uma aliança com professores. Ai, como diria o Gabeira, tem um livro "Sinais de vida em Minas", sinais de vida no planeta, no asteroidizinho ridículo chamado depto. de história. Poderia dizer que isso alegrou o meu coração.

A greve do segundo período de 2005 teve muita repercussão aqui na história, pelo menos, entre os alunos. Se debate muito isso até hoje em assembleia, e, enfim, relações com alguns professores também ficaram complicadas. Como é que você avalia o processo da greve? Dessa greve.

Difícil falar algo, porque hoje em dia, por conta do processo de fabricação da história, a greve passou a ser um estorvo, porque para alguns professores, eu não sei quantificar, mas é um bom número, a sala de aula e a graduação são estorvos. É uma situação meio esquizofrênica, a pós-graduação não faz greve, não muda o calendário. Não adianta, porque não muda o calendário num semestre, mas depois tem que mudar o calendário todo da Universidade. Eu acho ridículo isso. Acho que a pós-graduação que se colocar apolítica, "nós somos cientistas, nós não entramos em greve". Eu acho que a greve se justificou. Eu acho que havia uma certa esperança em relação ao governo Lula, que foi totalmente frustrada. Mais uma vez o liberal Lorde Acton estava certo: "O poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente". E aí, obviamente o que acontece é que essa greve em termos políticos se justificava, mas, sobretudo em termos da nossa profissão, do salário, das condições de trabalho. E aí, o que você tem é que uma Universidade, em que crescentemente aquele trabalho na graduação, aquele salário básico de professor é um bico, porque o grosso dos vencimentos não vem mais daí, vem dos projetos, da bolsa do CNPq. E aí, a greve se torna impraticável. É claro que aí começam a pulular os discursos, "Não, porque a greve é ineficaz". Desculpe, mas não acredito nisso. Tanto não é verdade, que todas as conquistas salariais que nós obtivemos foram através de greve. Agora, o que acontece é os auto-privatização na Universidade. As nossas greves impediram que houvesse um processo de privatização da Universidade. O movimento docente organizado impediu essa história. Tudo que o governo queria fazer, e que não conseguiu fazer, ele usou o método habitual, que eu estou chamando de método da linguíçinha. Que é botar uma linguíça pendurada alguns metros à frente, o cachorro vai correndo, você vai movendo a linguíça, ele vai pra onde você quer. Essa linguíçinha se chama boiada, verba, e às pós-graduações e os laboratórios ficam disputando a linguíçinha. Voltamos ao mesmo ponto, que é o preconceito do historiador. O ethos, o habitus do historiador é um dos mais conservadores do campo científico, porque ele passa pela erudição, pelo que é bem aceito, que tem que ser tradicional, então se fala das comédias de Aristófanes. Sabe como é que eram? O ator entrava com um falo postigo de meio metro. Isso que era a comédia de Aristófanes. Agora, está em grego, e tal. Era uma avalachalção só. Atenas era uma zorra, um lugar que fedia, tinha inseto, era uma confusão tremenda. E daí surgiram algumas das principais idéias da humanidade. Não foi num mundo geométrico, lógico, racional, sério, carrancudo, foi no meio da zona, da bagunça. Foi aí que surgiu criação, democracia, tragédia, comédia, etc. Então, a academia tenta matar a vida, porque ela não dá conta da vida, porque ela não consegue reduzir a conceito, a abstração. Mas a vida nunca será controlada pela academia. Viva a confusão. Esse é o meu lema: onde há ordem, criemos a confusão, e da confusão, a gente vê que bicho dá.

Funk-se quem quiser!

Sobre bondes e zepelins

Sobre o que nos dividimos, quais questões cortam e recortam os estudantes de nosso curso e criam tensões quase incontornáveis? Serão as perenes questões políticas, internas e externas à universidade, que naturalmente se acenderiam num período de tantas eleições (presidenciais, departamentais, do nosso centro acadêmico)? Serão talvez as controvérsias acadêmicas, metodológicas? Ou ainda, quem sabe, as deliciosas intrigas departamentais? Opa, não, o que tem dramatizado ultimamente o nosso curso tem sido um ritmo.

O funk serpenteou para a paz gregoriana do ICHF, e nos perguntamos porque. Será que é tão potente a ponto de mobilizar partidos em torno de si? Talvez, mas se queremos entender tensões humanas, melhor olharmos para quem as vivenciam. Mas, historiadores que somos, cremos tudo ser processo. Pois bem, processemos.

Desde há pelo menos dois anos, o funk tem sido um pária no recanto ichfiano. Quando eventualmente aparecia, era apropriadamente domado pelo ambiente, encaixado em momentos lúdicos ou nostálgicos. Tal estado rompeu-se no último semestre. Desde então os embates têm-se dado principalmente sobre esta presença estrondosa nos espaços comuns que carregam de certa forma o nome do curso. Então se quer se distinguir mais claramente os lados da disputa, é sensato buscar nestes espaços onde a fissura se deu. Pois bem, as rixas mais espetaculares e evidentes se deram no ENEH e na última chopada, então vejamos estes eventos.

Embora contrarie a ordem cronológica, vamos considerar primeiro a última. Nesta, a cena se desdobrou em dois atos: um, digamos, institucional e outro imediatamente prático. A chopada foi planejada em algumas reuniões da Comissão Gestora, sendo que uma se dedicou exclusivamente à festa. Nesta, a questão principal foi se o funk tocaria ou não. Apresentada quando se decidia como se daria a organização musical da festa, ela acabou sendo o eixo do tópico, com diversas fórmulas pensadas antes como seleção de estilo que de formato de festa. As questões organizacionais foram conciliadas, mas sonoramente a decisão foi bem direta: tocariam vários estilos de apelo popular, mas não funk. Deixando os bons e maus argumentos para tal de lado, a notícia reverberou e teve suas reações. Deu-se que em uma chopada incrivelmente cheia, a disputa encontrou sua expressão mais óbvia: à distância de algumas dezenas de metros do palco onde tocava a banda oficialmente escalada, um carro de som obscenamente ruidoso apresentava o ritmo banido, com uma fina seleção dos, digamos, menos leves rebentos do estilo. Mas a chopada aconteceu, com o amplo espaço intermediário ocupado por cambiantes entre as duas frentes sonoras. Lucro para o CA e divertimento para os participantes, mas se a maioria deslocante provou que não foi uma ruptura dual simples *do curso, o espaço* negavelmente se cindiu.

De qualquer forma, tratei antes da chopada por nela o cisma se tomar mais palpável, mas na verdade camuflou-se sob o aspecto da própria música e, de forma subsidiária, questões políticas e sociais. No ENEH a coisa foi bem diferente. Bom, num brevíssimo retrospecto, a divisão “demográfica” dos dois ônibus

Ivan Dias Martins, 5º p.

Enquanto isso, no mundo história-nauff, seus curiosos personagens seguem debatendo o cabeludo tema em acaloradas discussões nos templos do conhecimento do Orkut... (todos comentários devidamente autorizados)

Já chegou a hora de acabar com o elitismo reinante naquela faculdade.É óbvio que nenhuma choppada precisa tocar SÓ funk. E foi exatamente o que aconteceu na quinta... Quem foi pôde ouvir desde Led Zeppelin a Mr Catra. E digo mais: tocaram ao mesmo tempo, e sem que um atrapalhasse o outro. Fábio Peixoto, 4º período

enviados já, de algum modo, marcava uma certa diferenciação sentida, embora ela tenha sido parcialmente casual, que se repetiu na divisão da delegação em dois alojamentos diferentes, e com diferencial de que agora cada um escolheu onde ficar. E os dois grupos quase não se viram, quase não se buscaram. Quando houve contato, o que por vezes foi teatral tornou-se, de fato, dramático. Numa disputa pelo controle sonoro de um ônibus com uma clara distinção entre um grupo sentado nas primeiras cadeiras e outro nas últimas, houve discussão nada amigável, xingamentos e provocações, e surgiu um designativo para um dos grupos: *Leds*. Aqui é importante ressaltar que, embora o apelido mais uma vez remetesse à música, o que se viu como os *leds* não era um grupo de aficionados por rock setentista, mas sim um círculo de sociabilidade que já se notava desde muito antes como distinto. *Leds* veio a substituir o que antes simplesmente era *eles*.

Mas os eventos posteriores, na chopada, mais claramente musicais, não encontraram correspondência perfeita entre *leds* e seja lá qual seja um designativo para o outro grupo. Mas em outro evento, precedente aos dois, esta se deu de maneira bem mais nítida. Este evento foi a calourada. Novamente, tudo começou em uma reunião da Comissão Gestora, e o tema espinhoso foi o formato do trote. Pode-se imaginar as questões levantadas, não é? Pois bem, o que se passou é que pela primeira vez em milhões de anos se teve trote de fato na História da Uff, com pintura, brincadeiras, até o mal-famado elefantinho. Isto provocou indignação profunda e expressa por parte do grupo que seria mais tarde chamado de *leds*. Composto em grande parte por pessoas dos períodos finais do curso, estes viram ser contrariada uma tradição há muito encampada por eles. Claramente, o não-trote era um elemento de orgulho e marca constituínte deste grupo, e de forma geral se articulavam nos espaços “legítimos” para garantir esta continuidade. Mas outros grupos têm se formado, novas correlações emergiram e, com isto, os conflitos. Aqui se centra a minha tese, de que as recentes disputas de aspecto cultural remetem aos elementos configuradores dos nossos círculos sociais. Elas se dão porque para alguns círculos a sua identidade depende de uma correspondência imagética suposta com o estudante de história genérico, embora esse genérico seja na verdade não uma média dos estudantes, mas sim o *legítimo*. Para tanto, é preciso que os espaços comuns do curso não contrariem esta imagem. Mas se desde há muitos novos grupos têm se levantado e cotidianamente marcado o curso, alguns dos mais novos vêm se insurgido diretamente contra esta imagem. É uma disputa sobre como o estudante de História se vê e pretende ser visto. É aí que o funk, o maracatu, o guache, maconha, elefantinho e cerveja entram: são marcas do que nós somos e tentamos ser. Talvez a solução para esta disputa seja simplesmente assumirmos que o que mais se evidencia disto tudo é uma variedade de modos de ser, e talvez esta possa ser uma base mais potente para compor algo que simplesmente marcar posição de diferença para com o mundo.

A hermenêutica das críticas ao pancadão: acabando com falsos moralismos

“É som de preto De favelado Mas quando toca Ninguém fica parado.”

Recentemente, presenciei em nosso curso uma situação inusitada. Tudo começou com mais uma Assembléia (ou reunião, como quiserem) para decidir a organização da nossa festa. Seria tudo normal, se não fosse pela votação final, extremamente dispensável, na minha opinião: “devemos ou não tocar Funk?” A discussão ficou acesa durante um bom tempo e foi tema de muitas conversinhas de corredor, além de gerar indisposições, durante a realização do evento, entre quem era a favor e quem era contra. Foi a partir daí que comecei a reparar no preconceito e desprezo de algumas pessoas em relação ao ritmo (não só no nosso curso, mas de uma maneira geral).

Deixo claro desde o começo que não vejo motivos para que o Funk sofra essa discriminação. É um ritmo dançante e deve ser encarado como tal, assim como qualquer outro estilo, da mesma maneira que o Forró, o Pop, as músicas eletrônicas, o Samba... Enfim, como todas as músicas que nos despertam o desejo de dançar, o que é um fator positivo. Além disso, é interessante percebê-lo como uma manifestação cultural popular, que, ao contrário do que dizem seus inúmeros críticos, tem muito a nos dizer. É claro que não é isento de problemas, o que é visível em músicas com apologia ao crime, mas isso se deve à pouca atuação do Estado no sentido de legitimá-la e incentivá-la, para que se torne mais um meio de integração social entre as favelas (de onde saiu) e o asfalto - atuação semelhante vem sendo realizada por ONG’s e iniciativas privadas, apenas.

O que mais me deixa surpresa em uma discussão acerca do tema é o discurso genérico e vazio de quem o critica, muitas vezes sem conhecer. Ouço de uns que é uma música com temática machista, no que eu discordo completamente, pois o que é retratado é o sexo, de maneira geral, sem pudores ou constrangimentos. Até porque não são apenas homens que escrevem suas letras; muitas cantoras têm seu espaço. Além disso, outros ritmos também tratam da questão sexual, como a própria MPB, o que é explicitado no livro “História Sexual da MPB”, de Rodrigo Faour. E mesmo que a temática fosse, de fato, machista, não vejo ninguém reclamando do machismo de Machado de Assis, Chico Buarque e Vinicius de Moraes, o que evidencia o preconceito em relação ao ritmo. Por que só o Funk é criticado? Por que só levantam essas questões a partir de suas letras? Acho que isso é fruto do elitismo

Eu sou a favor de que toque de tudo, mas acho funk machista e o caralho a quatro sim. Mas se nego gosta, quem é a gente pra proibir?
Thiago Krause, 6º Período

SOU TOTALMENTE CONTRA A PADRONIZAÇÃO DAS FESTAS UNIVERSITARIAS!! tem q tocar de tudo porq? porq todos os outros cursos tocam?
Bebeto Frederico, 9º período.

Choppada sem funk, axé, forró, hip-hop, não é choppada...! E esse conservadorismo da história foi o que impediu que minha turma tivesse um trote decente. Não só a minha, como muitas outras.
Leonardo A.C Teixeira, 2º período

Como se o perfil do curso de história fosse pré-determinado. gente, nós fazemos história e sabemos que as coisas mudam, hj historia é o curso da moda, amanha pode não ser. E Funk oprime???? Me oprime sim, como chico buarque, gilberto gil, caetano veloso, axé, coisas pseudo-intelectuais, indie rock...Pq isso impede o reinado do METAL!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!
Gustavo, 7º Período.

Funk é algo estranho. Tão estranho que num momento é adjetivo de banda de rock, no outro é nome próprio, às vezes de um estilo musical, num país, numas décadas, às vezes de outro, em outro país, outras décadas, e até mesmo de pessoas (catem no google)! Uma palavra tão fugidia que poucos dicionários tentam defini-la, pois vai de “fedorento” e “ameaçador” até algo que pode ser dito como, uhm, funkeado. E justamente essa coisa tão difícil de enquadrar é que desperta as mais variadas e intensas opiniões. Vamos aqui abrir espaço para algumas delas, assim como esta batida tem aberto os seus no curso, sem qualquer ilusão que seja dessa vez que vamos conseguir domar em algumas palavras o que é esta presença.

Vivemos um momento de crise da cultura popular no Brasil e em especial no Rio de Janeiro. A necessidade de se conseguir vencer na vida, caracterizado pelo grande senso comum de que fazemos parte envolve, obviamente, a camada mais pobre da população e podemos dizer que abarca também os setores que mantêm atividades artísticas.

Já houve uma época no Rio de Janeiro em que os sambistas carregavam, com suas dificuldades específicas, o papel de representantes autênticos da cultura popular. Com o seu caráter sofrido e muitas vezes reivindicativo, expressavam poeticamente a indignação do pobre, ou simplesmente retratavam a dor de forma muito original, independentemente de haver alguma pretensão política mais aprofundada. A idéia não é romantizar e transformar o samba num movimento politicamente organizado, mas identificar elementos de denso entendimento da vida e do estado de coisas proporcionado pela desigualdade e imensa dificuldade, miséria e falta de possibilidades vividas pelo pobre na favela carioca. Tal como a letra de Nelson Cavaquinho: “Não sei quantas vezes subi o morro cantando, sempre o sol me queimando e assim vou me acabando”.

No entanto, é fácil perceber atualmente uma tentativa de caracterizar o Funk como a nova expressão popular que toma avassaladoramente as massas e consegue espaço em todos os lugares possíveis: eventos elitizados ou de natureza mais popular, universidades, programas de tv, enfim, onde exista entretenimento que necessite de música, está lá, quase obrigatoriamente a presença do Funk. Deste modo, caímos na armadilha de não perceber o que este estilo musical carrega e quão grave é a realidade destes que representam suas comunidades através do Funk. A melodia que é praticamente a mesma em todas as músicas, a voz rouca e agressiva dos cantores e a violência extremada das letras, inclusive o teor sexual brutalmente exposto, não de forma crítica, e que reduz a condição da mulher de maneira significativa, são elementos que não podem passar despercebidos e se tornarem mero divertimento dançante. O Funk como expressão popular é o puro produto da miséria de nossa sociedade com sua profunda desigualdade. É também o desdobraamento da violência exagerada vivida nas favelas e do terror sofrido pelos moradores, seja ele um terror “branco”, pelo fato de ter que conviver com homens armados até os dentes na porta de casa e na eterna expectativa de surgir algum confronto, ou “sangrento” quando se é obrigado a esconder-se velozmente de um tiroteio ou quando aparece, atirando para todos os lados, o tão famoso “Caveirão”, proporcionando tragédias em cima de tragédias àqueles trabalhadores que vivem naturalmente na penúria.

É legítimo o papel do Funk enquanto manifestação popular, mas também é real a falta de oportunidade do pobre de conhecer sua própria cultura, pois não lhes é mostrada, pelo contrário, é ocultada e transformada em obsoleta, sendo a cultura popular, chamada de “raiz”, usufruída apenas pelos intelectuais e membros da elite tomando-se *cult*. Também é legítima a exclusão da classe popular do direito ao ensino e a educação de qualidade, além do acesso aos locais onde se promove a cultura na cidade. A vida do favelado se resume à comunidade. A exclusão se dá inclusive geograficamente. Lá ele encontra de tudo, sai apenas para trabalhar, ou estudar, sendo o seu divertimento principal o baile funk. No baile convivem legiões de viciados, traficantes, ambulantes que “dão duro” toda a noite, com sono, e um sem número de pessoas maltratadas que dançam ao lado de metralhadoras e tem aquilo como único divertimento. Lhes é negado também o acesso à informação e o incentivo necessário para que a população se integre realmente, para que o favelado saia do gueto. O baile funk, tal como acontece na favela, caracteriza-se como o máximo do *underground*, o maior exemplo de submundo no Rio de Janeiro.

Devemos entender o Funk, então, como a clara expressão da pobreza e injustiça, como uma evidência da situação social vivida no país, devemos analisar o que está por traz desta manifestação, o por que das letras, do ritmo, da repetição. Características que chocam a população e que nos faz rir, nos estimulam a dançar, sem nos darmos conta de seu real significado. O Funk, hoje, funciona como um

Juliana Lessa, 3º p.

Eu sou a favor de que toque de tudo, mas acho funk machista e o caralho a quatro sim. Mas se nego gosta, quem é a gente pra proibir?
Thiago Krause, 6º Período

Choppada sem funk, axé, forró, hip-hop, não é choppada...! E esse conservadorismo da história foi o que impediu que minha turma tivesse um trote decente. Não só a minha, como muitas outras.
Leonardo A.C Teixeira, 2º período

admito que a galera curte pra caramba, é animado e tem certas letras que são engraçadas (tipo a do agarra os gordinhos), agora o que é que tem de qualidade musical em catuca lá no fundo? Se eu fosse entrar no mérito da musicalidade, eu poderia citar o simples fato de não ter músicos! Como se pode fazer música sem músico? Funk pra mim é uma expressão cultural, dai a chamar de música...
Vinicius Monte Custódio, 1º período.

Vivemos um momento de crise da cultura popular no Brasil e em especial no Rio de Janeiro. A necessidade de se conseguir vencer na vida, caracterizado pelo grande senso comum de que fazemos parte envolve, obviamente, a camada mais pobre da população e podemos dizer que abarca também os setores que mantêm atividades artísticas.

Já houve uma época no Rio de Janeiro em que os sambistas carregavam, com suas dificuldades específicas, o papel de representantes autênticos da cultura popular. Com o seu caráter sofrido e muitas vezes reivindicativo, expressavam poeticamente a indignação do pobre, ou simplesmente retratavam a dor de forma muito original, independentemente de haver alguma pretensão política mais aprofundada. A idéia não é romantizar e transformar o samba num movimento politicamente organizado, mas identificar elementos de denso entendimento da vida e do estado de coisas proporcionado pela desigualdade e imensa dificuldade, miséria e falta de possibilidades vividas pelo pobre na favela carioca. Tal como a letra de Nelson Cavaquinho: “Não sei quantas vezes subi o morro cantando, sempre o sol me queimando e assim vou me acabando”.

No entanto, é fácil perceber atualmente uma tentativa de caracterizar o Funk como a nova expressão popular que toma avassaladoramente as massas e consegue espaço em todos os lugares possíveis: eventos elitizados ou de natureza mais popular, universidades, programas de tv, enfim, onde exista entretenimento que necessite de música, está lá, quase obrigatoriamente a presença do Funk.

Deste modo, caímos na armadilha de não perceber o que este estilo musical carrega e quão grave é a realidade destes que representam suas comunidades através do Funk. A melodia que é praticamente a mesma em todas as músicas, a voz rouca e agressiva dos cantores e a violência extremada das letras, inclusive o teor sexual brutalmente exposto, não de forma crítica, e que reduz a condição da mulher de maneira significativa, são elementos que não podem passar despercebidos e se tornarem mero divertimento dançante. O Funk como expressão popular é o puro produto da miséria de nossa sociedade com sua profunda desigualdade. É também o desdobraamento da violência exagerada vivida nas favelas e do terror sofrido pelos moradores, seja ele um terror “branco”, pelo fato de ter que conviver com homens armados até os dentes na porta de casa e na eterna expectativa de surgir algum confronto, ou “sangrento” quando se é obrigado a esconder-se velozmente de um tiroteio ou quando aparece, atirando para todos os lados, o tão famoso “Caveirão”, proporcionando tragédias em cima de tragédias àqueles trabalhadores que vivem naturalmente na penúria.

É legítimo o papel do Funk enquanto manifestação popular, mas também é real a falta de oportunidade do pobre de conhecer sua própria cultura, pois não lhes é mostrada, pelo contrário, é ocultada e transformada em obsoleta, sendo a cultura popular, chamada de “raiz”, usufruída apenas pelos intelectuais e membros da elite tomando-se *cult*. Também é legítima a exclusão da classe popular do direito ao ensino e a educação de qualidade, além do acesso aos locais onde se promove a cultura na cidade. A vida do favelado se resume à comunidade. A exclusão se dá inclusive geograficamente. Lá ele encontra de tudo, sai apenas para trabalhar, ou estudar, sendo o seu divertimento principal o baile funk. No baile convivem legiões de viciados, traficantes, ambulantes que “dão duro” toda a noite, com sono, e um sem número de pessoas maltratadas que dançam ao lado de metralhadoras e tem aquilo como único divertimento. Lhes é negado também o acesso à informação e o incentivo necessário para que a população se integre realmente, para que o favelado saia do gueto. O baile funk, tal como acontece na favela, caracteriza-se como o máximo do *underground*, o maior exemplo de submundo no Rio de Janeiro.

Devemos entender o Funk, então, como a clara expressão da pobreza e injustiça, como uma evidência da situação social vivida no país, devemos analisar o que está por traz desta manifestação, o por que das letras, do ritmo, da repetição. Características que chocam a população e que nos faz rir, nos estimulam a dançar, sem nos darmos conta de seu real significado. O Funk, hoje, funciona como um

Devemos entender o Funk, então, como a clara expressão da pobreza e injustiça, como uma evidência da situação social vivida no país, devemos analisar o que está por traz desta manifestação, o por que das letras, do ritmo, da repetição. Características que chocam a população e que nos faz rir, nos estimulam a dançar, sem nos darmos conta de seu real significado. O Funk, hoje, funciona como um

Devemos entender o Funk, então, como a clara expressão da pobreza e injustiça, como uma evidência da situação social vivida no país, devemos analisar o que está por traz desta manifestação, o por que das letras, do ritmo, da repetição. Características que chocam a população e que nos faz rir, nos estimulam a dançar, sem nos darmos conta de seu real significado. O Funk, hoje, funciona como um

Devemos entender o Funk, então, como a clara expressão da pobreza e injustiça, como uma evidência da situação social vivida no país, devemos analisar o que está por traz desta manifestação, o por que das letras, do ritmo, da repetição. Características que chocam a população e que nos faz rir, nos estimulam a dançar, sem nos darmos conta de seu real significado. O Funk, hoje, funciona como um

instrumento de alienação, apesar da agressividade das letras, que chegam a chocar. É verdade, mas que não dizem nada de substancial a respeito do sexo ou da violência, apenas nos mostram o pensamento espontâneo deste grupo injustiçado que acaba por contribuir para a vulgarização destes temas ao reiterá-los. Não há crítica, por mais simples que seja, acerca destas questões, tal como o exemplo do samba acima citado. As reivindicações, também por menores que sejam, são esquecidas, restando apenas o caráter exótico e apelativo da violência e do sexo. Assim, as coisas permanecem em seu devido lugar, é importante que a “massa funkeira” continue ali, ausente das discussões políticas, das buscas pela reflexão de sua própria realidade. E nós, futuros historiadores, nos deixamos levar por este exotismo e pela “graça” proporcionada pelo escracho. Passamos por tantas questões sem nos atentarmos para o grande significado que tem o Funk no quadro da sociedade e o conjunto de evidências que ele traz consigo.

Com relação à mercantilização propriamente, vemos como os funkeiros são explorados pelas equipes de som que detêm os monopólios dos bailes funks, ganhando rios de dinheiro, enquanto os próprios cantores não vêem suas vidas mudarem de forma considerável. Atraidos pela possibilidade de ganhar dinheiro e ficarem famosos, eles se apresentam nos bailes que são promovidos por estas empresas, tal como a poderosa Furacão 2000, que aumenta mais e mais o seu Império. Percebemos também o caráter passageiro do *mc* que faz o seu sucesso relâmpago, mas depois é rapidamente esquecido, substituído por outro, não encontra mais espaço, pois passa a não ser mais útil lucrativamente aos donos dos bailes.

O funk é apenas um elemento desta mercantilização da cultura popular. É impressionante como o que caracteriza o sucesso é o que vende mais. O sucesso se dá no que é lucrativo. Um exemplo disso são aqueles conjuntos formados em programas de televisão e que antes de lançarem o primeiro trabalho, devido ao *marketing*, já são sucesso. A população não emite opinião, não gosta nem desgosta, apenas consome. É como se o povo não tivesse, de fato, chance de escolher o que consumir, ele é bombardeado por uma série de produtos que geram muito dinheiro e acaba por desconhecer uma série de outros trabalhos que fazem trajetória no exterior, lá são respeitados e verdadeiramente ocultados aqui no Brasil.

Tal fato ocorre porque é impossível entrar para o sistema comercial se o artista não seguir as regras do jogo ditado e é normal encontramos, por exemplo, músicos que, para conseguirem um contrato com uma gravadora, se vêem tendo que modificar seu estilo, aquilo que caracteriza essencialmente o seu trabalho. Tal violência já está sendo considerada normal e aceita com tranqüilidade, quando na verdade não passa de uma censura disfarçada, pois não é proibido se expressar da maneira que quiser, nem dizer ou se colocar livremente, porém, simplesmente, os espaços são fechados se o padrão é desrespeitado. Se não vender não interessa. O mais grave, no entanto, é o fato de que não há o menor interesse de se abrir novos mercados, de dar mais alternativas de gostos à população. O problema é político. O povo consome o pouco e misero do que já existe por que não lhes é apresentado o diferente, ou mesmo o que já existe há anos. Inúmeros são os artistas brasileiros, os músicos em particular, que construíram há tempos uma carreira respeitada internacionalmente, mas que não conseguem espaço no país e, conseqüentemente, o povo é privado de conhecê-los. A real possibilidade de escolha fica para aqueles que têm meios e poder aquisitivo, além de uma instrução, que lhes possibilitem o contato com este pequeno mundo de poucos.

É desta forma que, como estudantes, futuros professores, necessitamos atentar mais para o que consumimos e para o que nos cega perante os modismos que tomam o lugar de certos trabalhos que contribuiriam muito mais para a nossa formação enquanto críticos do mundo. Também para a forma com que devemos encarar certos materiais que trazem consigo um sem número de questões sobre a sociedade e que não conseguimos enxergar. Talvez por que estejam agindo sobre nós mesmos da maneira mais precisa possível. Fazer a própria crítica do Funk é, para muitos, agir preconceituosamente, entretanto, na minha opinião, depende de como se é feita tal crítica e de como o observamos e o entendemos: se como um mero produto, uma mercadoria ou como um meio de perceber melhor os problemas do Rio de Janeiro. Se apenas ao ouvirmos e dançarmos, conseguimos obter sua real dimensão e conviver com o que ele representa.

Pedro Nunes, 5º p.

Bota logo a porra do funk na choppada que eu indico uma banda cover de Emerson, Lake & Palmer pra tocar no ambiente elite da próxima choppada. Onde será servida cerveja DEUS e só será permitido o diálogo em Grego clássico.
Jean, 3º Período

Devemos entender o Funk, então, como a clara expressão da pobreza e injustiça, como uma evidência da situação social vivida no país, devemos analisar o que está por traz desta manifestação, o por que das letras, do ritmo, da repetição. Características que chocam a população e que nos faz rir, nos estimulam a dançar, sem nos darmos conta de seu real significado. O Funk, hoje, funciona como um